

Não soomemente tinha elle homrra pello padre, mas per sy mesmo: genealogia política, serviço e escrita cronística em Portugal (1430-1460)*

Não soomemente tinha elle homrra pello padre, mas per sy mesmo: political genealogy, service and chronicle writing in Portugal (1430-1460)

Daniel Augusto Arpelau Orta

Doutorando

Universidade Federal do Paraná

danielorta84@gmail.com

Rua Francisco Torres, 620/151 - Centro

80060-130 - Curitiba - PR

Brasil

Resumo

Este artigo analisou parte da documentação cronística produzida em Portugal entre os anos de 1430 e 1460. Naquele contexto, observou-se em Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara uma organização cronológica para escrita, indo das pessoas mais antigas para as mais recentes, criando um contraste de qualidades que valorizava os últimos. Na crônica que Zurara conta os acontecimentos em Ceuta sob seu primeiro capitão português, o conde Dom Pedro de Meneses, reparou-se na inserção do filho deste na segunda parte do segundo livro. Este trabalho, assim, tentou identificar os possíveis motivos para tal entrada, uma vez que ela destoa consideravelmente do conjunto da crônica. Valeu-se da noção de genealogia política, onde a escrita do passado criava uma ligação simbólica e hierárquica com os interessados na construção do relato, recuperando a origem familiar e política. Desta forma, buscou-se entender os dispositivos de escrita sob contexto de questionamento das prerrogativas nobiliárquicas, sendo a crônica um instrumento de legitimação.

225

Palavras-chave

Idade Média; Narrativa historiográfica; Genealogia.

Abstract

This paper analyzed part of the chronicle documentation produced in Portugal between the years 1430 and 1460. In that context, it was observed in Fernão Lopes and Gomes Eanes de Zurara an organization to writing such texts, beginning from older to most recent people, creating a contrast of qualities which valued the last. In chronicle which narrates the events in Ceuta under the first Portuguese captain, Count Pedro de Meneses, figure out the inclusion of the son of captain in the second part of the second book. This study therefore attempted to identify possible reasons for such entry, since it defies considerably with the chronicle. Applied the notion of political genealogy, where the writing of the past created a symbolic and hierarchical link with those concerned in writing the texts, recovering the family and politic past. Thus, we sought to understand the writing device in the context of inquiry the prerogatives nobiliary, being the chronic an instrument of legitimacy.

Keywords

Medieval Ages; Historiography narrative; Genealogy.

Enviado em: 16/3/2011

Aprovado em: 17/5/2011

* Algumas considerações deste artigo foram desenvolvidas na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná em outubro de 2010, sob orientação da profa. Dra. Fátima Regina Fernandes. A ela, e aos membros da banca, o prof. Dr. Renan Frighetto, a profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães e profa. Dra. Renata Cristina de Sousa do Nascimento, o meu agradecimento pelas sugestões e discussão das interpretações, que enriqueceram o presente artigo. Este estudo contou com auxílio financeiro em forma de bolsa concedida pela CAPES.

Justificativa e hipóteses

Sabe-se que Portugal, através do incentivo de reis da dinastia de Avis, constituiu-se um produtor de várias crônicas régias sobre acontecimentos ibéricos e ultramarinos a partir do século XV. Segundo Segismundo Spina, a partir daquele momento uma nova mentalidade política e literária surgia, pela consolidação da independência do reino em sua transição dinástica, e pela própria língua portuguesa (SPINA 2006). Evidentemente que para os períodos precedentes, pedidos de escrita foram feitos, mas não na proporção e direção que o rei Dom Duarte (1434-1438)¹ começara a impulsionar, inclusive com escritos de sua autoria sobre moral (MONGELLI 2001). Fernão Lopes através da narrativa dos reis Dom Pedro, Dom Fernando e Dom João deu o primeiro passo na historiografia, seguido por Gomes Eanes de Zurara, que voltou sua atenção para os primeiros feitos dos portugueses no período da "Era das navegações". Este último escreveu quatro crônicas, e dentre elas duas foram destinadas a narrar alguns acontecimentos no norte da África sob o governo dos capitães Pedro e Duarte de Meneses, respectivamente pai e filho.

No documento que trata do primeiro governador de Ceuta, uma característica chamou atenção e mereceu o estudo mais detalhado: a forma como Duarte de Meneses apareceu na crônica destinada a seu pai. Ainda que Zurara tenha escrito posteriormente uma crônica específica para ele, a estrutura do documento de seu pai foi distinta dos demais: dividido em duas partes, inclusive com introduções para cada seção. Na metade do segundo livro, a trajetória de Dom Duarte de Meneses foi acentuada, valorizando-o frente aos demais nobres do contexto; rompeu-se, inclusive, com a forma de escrita, na notação cronológica, destoando do conjunto. A partir disto, o que se pretende demonstrar neste estudo de caso é o que foi sugerido como "genealogia política", isto é, a remissiva de valores e atributos que, vertidos em texto sob qualidades virtuosas, eram reconhecidos pela sociedade política da época, transmitidos em vínculos linhagísticos entre as gerações de nobres pelo sangue e formação moral.² Espera-se discutir tal concepção a partir da organização do texto, em especial aos possíveis objetivos com tal inclusão ao documento das qualidades do referido nobre, inseridas social e familiarmente. Cabe neste artigo, portanto, analisar e interpretar o potencial de caracterização da escrita da História no período em questão, com seus caracteres de redação e concepção ideológica.

Tem-se como proposição o estabelecimento de uma sequência para a escrita da História, qual seja, dos assuntos mais antigos aos mais recentes, configurando uma cronologia na redação e na publicação. Tal postura assenta-se nos textos tanto interna como externamente, ou seja, na eleição do tema a ser escrito e na organização dos capítulos através dos acontecimentos narrados. Segundo tal lógica, Fernão Lopes, ainda que voltado ao elogio da

¹ As datas referem-se ao período de reinado e não ao nascimento e morte.

² Tal conceito não possui relação com o de "genealogia do poder" proposto por Michel Foucault. O sentido de genealogia no presente trabalho indica filiações e origem, e não os "micropoderes" relacionais abordados pelo filósofo francês (FOUCAULT 2005; ABBAGNANO 2007).

dinastia de Avis, primeiro retornou aos dois últimos reis da dinastia de Borgonha, para caracterizá-los como inferiores aos atributos joaninos. Como sugere Marcella Lopes Guimarães em seu estudo a respeito do cronista português, em especial sobre a “Sétima Idade”, tal metáfora “parece querer representar um novo tempo, protagonizado por novos homens, o que predestina, de certa forma, os portugueses e, sobretudo, uma dinastia que iniciaria a expansão” (GUIMARÃES 2008, p. 204). Além de recuperar a trajetória de reis portugueses, o conjunto da obra criava o contraste importante para a exaltação da nova dinastia, em modelos de atuação e personalidade, ou como afirma Susani França, Dom Duarte contribuiu “para que a consagração da história portuguesa viesse não apenas da ênfase sobre os valores da segunda dinastia, mas também da rememoração dos feitos da primeira na perspectiva da segunda” (FRANÇA 2006, p. 218).

No caso de Zurara, suas crônicas seguem parcialmente um ordenamento cronológico, isto é, primeiro trata da conquista de Ceuta em 1415, que inclusive é considerada por alguns pesquisadores a continuação dos textos de Fernão Lopes (SARAIVA; LOPES 1995, p. 137), passa aos feitos de Guiné, para por fim tratar dos governos na cidade norte-africana sob controle português. Apenas a crônica de Guiné narra acontecimentos posteriores ao primeiro governo de Ceuta, em que elogia sobremaneira o infante Dom Henrique (BERTOLI 2009). Como escreve sobre a nobreza, divide-se nos elogios aos reis e nobres, e tem-se por hipótese que o componente político de exaltação encontra-se na aliança do rei Dom Afonso V (1449-1481), solicitador das crônicas, e o grupo que atuava na fronteira entre cristandade e islamismo. O mesmo dispositivo de estabelecer contrastes morais é observado, mas entre níveis sociais e em alguns casos entre nobres (ORTA 2009). Assim, busca-se relacionar a descrição do conde Dom Duarte de Meneses com o contexto régio português, na tentativa de observar algum indício sobre o motivo de sua inclusão na crônica de seu pai. Note-se, por fim, que neste estudo não será considerado o documento composto posteriormente ao conde.

227

O gênero historiográfico no século XV português

A produção historiográfica provavelmente desde sua origem enquanto entendimento da relação presente-passado procurou estabelecer uma conexão entre o que registrava e seu ato de registro. John van Seters, quando procurou balizar suas premissas para o trabalho extensivo sobre as origens da história bíblica, se inspirou na seguinte definição de Johan Huizinga: “História é a forma intelectual na qual uma civilização presta contas do seu passado a si própria” (SETERS 2008, p. 19). Tal forma se caracteriza por alguns pontos essenciais, entre eles a vinculação de identidade, isto é, aquilo que ela deseja ser enquanto formação da coletividade, justificando uma união simbólica baseada em fatos passados ou comportamentos.

Outro ponto importante refere-se à capacidade de organizar o texto conforme princípios e objetivos, que o torna historiográfico através de referenciais e dispositivos constituintes, como gênero ou estilo, isto é, “uma variedade de

texto historicamente estável, dotado de traços distintivos evidentes” (TRASK 2004, p. 23). Desta maneira, compreende-se o produto historiográfico dentro de um universo, caracterizado principalmente por ser além de um registro de época ou acúmulo de dados, ou seja, um texto de composição e objetivos específicos, tendo que o pesquisador relacionar o motivo de se recordar o passado e o significado atribuído.

Apesar de por muito tempo tais registros terem sido considerados os únicos referenciais para o estudo do passado, através de recursos retóricos que conferiam legitimidade dos dados (GINZBURG 2002), como “relicários do passado”, atualmente eles são entendidos como elementos ideológicos construídos historicamente (FALCON 1997; REIS 2000). Em outras palavras, o historiador atenta-se para o fato de que foram produzidos dentro de um ambiente cultural específico, em que tais premissas de aceitação eram válidas e, por fim, que objetiva-se compreender as escolhas de assuntos e significados contextualizados.

Para Galán Sanchez (1994), a crônica é um subgênero da historiografia, e possui quatro eixos constituintes: a cronologia, o estilo plano, o universalismo e a visão providencialista. Deve-se levar em conta que os elementos identificados por ele referem-se à obra de Eusébio de Cesaréia, e são de constituição, variando em intensidade em outros cronistas, mas dentro de uma tradição historiográfica que pensara na sequência temporal, com pretensão de impessoalidade de escrita, além de explicações sobrenaturais e dos tópicos tradicionais das guerras, política, biografia de reis etc. Muitos cronistas posteriores seguiram aquela caracterização proposta por Galán Sanchez, dentro de influências e habilidades particulares.

Sobre o estudo da prática historiográfica no baixo medievo ibérico, este precisa estar atento aos aspectos culturais e políticos próprios, o que não significa excluir a tradição a qual boa parte dos referenciais foram seguidos na Europa durante vários séculos. A apropriação do saber, seja a qual nível, não pode ser entendido anacronicamente, como desvinculada de um serviço ou objetivo formativo. Jacques Verger, quando analisa a educação na Idade Média, afirma que “os conhecimentos que os homens de saber possuíam, de maneira mais ou menos aprofundada [...] tinham todos eles aplicações práticas” (VERGER 1999, p. 137). Note-se que tais pessoas não tinham uma exclusividade de ofício, isto é, elas estavam inseridas em várias atividades, como a compilação, transcrição e tradução de textos, redação de atas, bulas, crônicas, leitura de textos litúrgicos, doutrinários, em prosa e verso.

Susani França, em estudo do saber escrito português no século XV, chamou atenção para um processo de desenvolvimento que iniciou com o fortalecimento do saber escrito, que segundo a autora, procurava organizar documentos de uso cotidiano, e permitiu a existência de uma história documentada do reino. Tal procedimento incluía a introdução dos interessados no campo das letras, desde os níveis mais elementares até a formação universitária. A partir deste ponto, sua pesquisa percebeu os principais livros citados e estudados no período, e a mentalidade construída a partir daquelas ideias, tendo como ponto em

comum a disposição de textos a fim de que “as experiências passadas servissem para ensinar aos futuros governantes e aos membros dessa nobreza as condutas aconselháveis a homens do seu estado” (FRANÇA 2006, p. 218). Ou seja, uma função pedagógica e moralizante próxima do que outros pesquisadores também perceberam sobre os espelhos de príncipes que, desde pelo menos o século XIII, expunham concepções políticas sobre os papéis de cada grupo na sociedade, informando preceitos e autorizando práticas a monarcas, príncipes e nobres (MIETHKE 1993; MARTÍN 1995; SOUSA; BARBOSA 1997).

Quanto à cultura historiográfica, sua produção esteve na Europa medieval por um longo período vinculado aos mosteiros. Estes espaços tiveram um papel de preservação e divulgação de muitos escritos antigos, que conjuntamente ao movimento de tradução e glosas pelos ibéricos – sobretudo judeus e muçulmanos – a partir do século XII, forneceram referenciais para a produção cultural e intelectual posterior, em novas interpretações (LE GOFF 2003b; LEWIS 2010). As obras historiográficas, apesar de muitas elaboradas por clérigos, não tinham tanto um papel destacado como hagiografias, obras de teologia e liturgia. O uso do latim, como língua sagrada e oficial, por muito tempo prevaleceu naqueles textos, e paulatinamente as línguas vernáculas, seja por questões de identidade regional seja pelo público destinado, foram utilizadas nas chancelarias e em crônicas, como no caso português. A partir do século XII, segundo Bernard Guenée, “as cortes de reis e príncipes haviam se tornado centros de cultura, onde a história tinha seu espaço. Mas uma história bem diferente da história monástica e conventual. Ouvindo-a, senhores e damas procuravam com certeza instruir-se” (LE GOFF; SCHMITT 2006, p. 524-525). É neste ambiente, assim, que se insere a produção selecionada para análise.

229

Gomes Eanes de Zurara e a estrutura da *Crônica do conde Dom Pedro de Meneses*

Sobre a vida de Zurara não se têm informações exatas e detalhadas sobre o ano de nascimento, mas provavelmente entre 1400 e 1410, em Santarém (COELHO 1960; LANCIANI; TAVANI 1993). Era filho de eclesiástico, e também não se têm dados que tenha frequentado cursos ou universidades. Segundo Mateus de Pisano, seu mestre, chegou à corte jovem por influência do pai, tendo pouca instrução. Foi indicado por Dom Afonso V para ajudar Fernão Lopes na conservação da livraria e cartório da corte. Além de ser auxiliar, o que propiciou experiência com as letras, foi educado com outros fidalgos, tendo em seus textos alguns indícios de uma erudição, principalmente pela citação de referências de autoridade. Alguns estudiosos, entretanto, mencionam que o referido conhecimento intelectual não passou de transcrição de obras (CARVALHO 1949). Ainda que um estudo sobre os mecanismos para composição de seus textos não seja muito conclusivo (ORTA 2010), suas crônicas por si indicam um domínio das técnicas de redação e ordenamento coerentes, inclusive com outros pesquisadores enfatizando uma diferença entre ele e Fernão Lopes (REIS 1998, p. 418). É provável que este o tenha ajudado nas primeiras crônicas, pois estiveram juntos na corte e partilhavam de funções e acesso aos documentos.

Muitas pesquisas foram realizadas sobre suas duas primeiras crônicas, principalmente no início do século XX. Observando tanto o conteúdo dos documentos como as interpretações sobre eles, chegou-se a conclusão que aqueles trabalhos incorporam um passado a ser monumentalizado, símbolo da conquista, a marca da sociedade europeia dominando o território africano, ou mesmo a noção de expansão cultural e política dos portugueses na primazia do século XV, onde o principal traço foi ser o “povo de navegadores e conquistadores”. Igualmente recebe atenção dos estudiosos da escravidão a crônica sobre Guiné, devido à descrição do local e da interação ali praticada. Em compilações posteriores, como a publicada por Maria Ema Tarracha Ferreira, a ênfase da “literatura dos descobrimentos e da expansão” recaiu também sobre a conquista de Ceuta e nos feitos de Guiné (FERREIRA 1993). Assim, poucos foram os estudos sobre as crônicas dos governadores, tidos como textos muito repetitivos sobre conflitos pontuais e sem expressão. A manutenção das praças africanas, ainda no século XV, foi motivo de divergência entre os portugueses (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES 1998); desacordo que parece ter se mantido sobre o olhar do passado após a conquista de 1415. Valendo-se da ideia de Jacques Le Goff, que por sua vez se aproxima da assertiva de Huizinga, o documento é uma manipulação

[...] consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias (LE GOFF 2003a, p. 537-538).

230

Logo no primeiro capítulo da *Crônica do conde D. Pedro de Meneses*, obra escrita entre 1458 e 1464, pode-se observar como o autor procura definir seu livro a partir de tópicos etimológicos, explicando ao leitor o significado da obra e a função do cronista:

Porque a principal parte do meu encargo é dar conta e razão das coisas que passam nos tempos de minha idade ou daquelas que passam tão próximas, do que eu posso haver verdadeiro conhecimento – pois, segundo os antigos escreveram este nome: crônica, principalmente houve em sua origem e fundamento de Saturno, que quer dizer ‘tempo’, isto porque em grego se chama este planeta ‘Crono’ ou ‘Cronos’, que significa ‘tempo’, assim como no latim este nome quer dizer ‘tempos’, e assim se deriva crônica, que quer dizer ‘história que se escreve dos feitos temporais’, chama-se este planeta no latim ‘Saturnus’, cuja verdadeira interpretação quer dizer quase ‘saturanis’, isto é, ‘comprido ou cheio de anos’ – porém em minha intenção, com a ajuda da Santa Trindade, escrever neste volume os feitos que se fizeram na cidade de Ceuta, depois que primeiramente foi tomada dos mouros por aquele magnânimo príncipe, o rei Dom João (ZURARA 1997, p. 173).³

³ A grafia dos trechos foi adaptada ao português contemporâneo. Entretanto, na versão consultada consta a transcrição conforme os manuscritos existentes.

Sua função, portanto, era colocar em texto o que se passou, considerando os feitos verdadeiros, isto é, os que podiam ser comprovados. A evocação à etimologia, ainda, mostra-se pertinente às explicações apresentadas por Galán Sánchez, pois para Zurara crônica significaria narração do tempo em estilo plano. Isabel Dias ainda lembra que o recurso à etimologia era comum nas crônicas ibéricas, visando com isso se aproximar de um sentido e significados tidos como mais puros, isto é, vinculando-se a uma tradição não de interpretação, mas de essência de sentido (DIAS 2003, p. 312).

Uma característica que marca os protagonistas do documento, e compreensível como destaque da identidade hierárquica da sociedade em estudo, são os vínculos familiares traçados. Note-se que Leonor de Meneses, filha de Pedro e irmã de Duarte de Meneses, solicita a escrita da crônica, o que provavelmente o monarca concorda, e ganha-se espaço para inserir laços sócio-políticos e familiares. Assim, pode-se ponderar que o mesmo grupo social que solicita a escrita seja o destinado a receber àquelas informações, em uma demarcação identitária e típica da propriedade tradicionalista. Segundo António Saraiva e Oscar Lopes, "Zurara desenvolve nos seus prólogos a teoria de que a finalidade das crônicas é perpetuar a glória dos que praticam grandes feitos, de modo que eles ou seus descendentes recebam, por esses feitos, as merecidas recompensas" (SARAIVA; LOPES 1995, p. 138). Outro estudo também percebeu o elogio para as práticas passadas no sentido de sugerir que fossem observadas e repetidas no presente, como componente prescritivo (ORTA 2008).

231

Um ponto interessante é que a presença nominal dos interessados, seja as pessoas em ação, seja os solicitadores do texto, reforça a noção de serviço. Por isso acredita-se na reafirmação da identidade nobiliárquica, e nos interesses do rei ao presente de redação. O pedido de escrita sugere um indício da importância e peso que os requerentes teriam no contexto da elaboração do documento, bem como na autoridade da crônica depois de finalizada, com seu uso político.

Ao longo dos capítulos, indicado por títulos que procuram sintetizar seus conteúdos, percebe-se uma estrutura bem definida de composição, iniciando pela apresentação ao leitor do assunto o qual irá descrever, geralmente de ataque, com os preparativos, as causas e motivações, a organização e estratégia, o conflito em si, com detalhes topográficos, consequência material, baixas, atos de destaque, e o fechar dos acontecimentos. Os capítulos acabam sendo finalizados, isto é, raros são aqueles em que o cronista continua o relato na seção seguinte. Esta prática assemelha-se ao entendimento de Cícero sobre a escrita da História (CICERO 2002), e no conjunto, figura como micro-histórias, uma vez que conexões ou menções entre os capítulos são raros.

Outra particularidade construtiva do texto é a eleição de um tema principal, que na crônica analisada parece ter sido o cerco de 1418, em que os portugueses lutaram contra uma ofensiva muçulmana fortemente equipada. Mas para não tratar apenas desde cerco, isto é, para ilustrar e descrever outras situações senão equiparáveis, ao menos dignas de memória, o autor preenche capítulos

cronologicamente até o momento de relatar o cerco. Tem-se a hipótese que esta crônica em estudo procura estabelecer uma relação temporal e textual com a *Crônica da tomada de Ceuta*, pois o autor continua a narração a partir da escolha do capitão, e o arco temporal não ultrapassa muito o referido cerco, ao menos no primeiro livro. Percebe-se, pois, este expediente de preencher a crônica com descrições cronológicas antes do tema principal no capítulo 61: "Antes que insiramos a nossa gente nos trabalhos daquele grande cerco que veio sobre a cidade de Ceuta, digamos algumas coisas do mar, porque por ventura a grandeza dos feitos da terra não nos ponha aqueles em esquecimento" (ZURARA 1997, p. 443).

A genealogia política do conde Dom Duarte de Meneses

Como já comentado, o cerco muçulmano de 1418 parece ter sido o grande assunto a se registrar e enaltecer, e após aquele confronto o primeiro livro praticamente se encerra. Notou-se que o segundo livro apresenta uma configuração que inicialmente continua a descrever o impacto do insucesso aos muçulmanos, e passa a descrever a figura do governador no concerto social e matrimonial ibérico, suas viagens para o reino de Portugal, quase em tom particular. O capítulo 24 confirma tal objetivo:

Porque este volume principalmente é direcionado aos feitos do conde Dom Pedro, não nos pareceu sobejo a descrição que fazemos de algumas coisas que especialmente pertencem a ele, tanto de casamentos como de outros feitos (ZURARA 1997, p. 644).

232

Evidentemente que outras personagens são descritas assim como atos de confronto e defesa, mas a princípio o eleito para tal volume seria Pedro de Meneses. Interessante que a quantidade de referências na primeira parte da obra também é grande, mas pela sugestão do cronista, parece que pretende deter uma atenção especial. Pode-se levantar a possibilidade deste livro como um apêndice, ou ainda, como uma encomenda direcionada aos descendentes, destacando de forma mais particular a imagem daquela pessoa, em tom biográfico.

No entanto, o que despertou a atenção foram duas questões neste segundo livro: a disposição de alguns capítulos, principalmente com relação à datação e apresentação do cronista, e a presença exaltada do filho do governador, Duarte de Meneses, que até então teve na narração poucas menções. Sobre cada ponto pode-se aferir sobre algumas questões, mas note-se que o ponto de apoio de ambos é o capítulo 22, o que indica as mudanças acima localizadas. O caso da datação parece bastante sintomático. Assim escreve o autor:

Não contamos os anos em nossa obra em eras, como nas outras histórias que escrevemos. E isto principalmente foi porque aqueles que primeiramente começaram de juntar estes feitos não foram pelas eras, nem costumavam naquele tempo pôr eras nas cartas missivas, como fizeram depois, o qual uso veio a este reino por Castela, depois que se começaram a tratar os

casamentos do rei Duarte, sendo infante, e do infante Dom Pedro, porque ambos estes casamentos eram da casa de Aragão, como também a rainha D. Leonor como a infanta D. Isabel, ambas se criaram em Castela (ZURARA 1997, p. 634-635).

A referência a “outras histórias que escrevemos” pode significar tanto as obras de Zurara sobre a conquista de Ceuta e a viagem à Guiné, como aquela sobre Pedro de Meneses. Como sendo o segundo livro, poderia se referir no plural para ambas, ou ainda, que tal obra teria sido iniciada por outra pessoa, pela evocação a “aqueles que primeiramente começaram de juntar estes feitos”, como em estudo a respeito foi demonstrado em outros trechos do documento (ORTA 2010). O critério de datação de “aqueles” era outro, e com o contato com o reino de Castela, tal forma foi transmitida na maneira de organizar e situar fatos no tempo. O que é bastante sugestivo é tal explicação constar em tal parte da obra e não no prólogo, pois o capítulo tinha por título e assunto os típicos confrontos e não uma explicação da cronologia. Como também se notou, ocorreu a partir deste capítulo a ênfase na imagem de Duarte de Meneses, o que pode indicar o interesse nele de quem seguir tal critério de datação.

A hipótese que se adotou para tal atitude foi de que Zurara revisou os escritos produzidos anteriormente sobre tal crônica, seguindo uma linha condutora, com vários comentários, inserindo informações, completando e revisando descrições. E na segunda parte do segundo livro, sua postura parece ser mais próxima de uma escrita própria, isto é, o que constava a partir daquele capítulo teria sido escrito por ele. Se retornar a informação de que Dom Afonso V e a filha de Pedro de Meneses foram os responsáveis pela solicitação do documento, os trechos de maior destaque podem ter sido elaborados por Zurara, completando registros já existentes sobre o passado em Ceuta. Ainda que o cronista mencione de maneira dúbia, ele consultou autos de guerra e relatos do período, o que foi entendido como documentos da época necessários para o controle dos portugueses na região, e aproveitados posteriormente para escrever a crônica (ORTA 2010, p. 84-89).

Sabe-se, evidentemente, que tal explicação é difícil de uma confirmação segura e direta, no entanto, como alguns trechos a seguir serão apresentados, o protagonista do texto e a maneira de situá-lo nos eventos alteram-se. A noção de autoria também deve ser pensada em um modelo diferente do atual, o que faz pensar em possibilidades de construção textual. No capítulo 27, observa-se a seguinte informação:

Não achamos no ano de nascimento de Cristo de [1431] fizessem naquela cidade coisas que de contar seja. E no ano seguinte, que era de [1432], no mês de março, houve o conde novas que os mouros da terra de Meigeçe (ZURARA 1997, p. 656).

A preocupação com a datação tornou-se muito mais evidente que no conjunto da obra, o que permite algumas sugestões. A primeira se refere à explicitação anual. Existindo uma diferença no conjunto do texto, cabe a possibilidade se pensar a existência de mais de um autor, como já sugerido.

Outra questão é sobre a localização das informações, tendo o cronista buscado estas para preencher os anos, seguindo a sequência cronológica com mais cuidado. Talvez o comentário existente sobre a maneira de seguir a datação na crônica tenha sentido, ou melhor, no primeiro livro as informações foram compostas sem uma preocupação com a datação cronológica como nesta parte da obra, por serem de primeira escrita diferentes.

Observe-se, também, que o volume de dados é desproporcional ao período de anos, ou seja, nos 82 capítulos do livro primeiro abarca o arco de 1415-1418, e nos 40 capítulos do segundo livro, entre 1418 até 1437, quando o capitão Pedro de Meneses morre. Também se deve levantar a hipótese de que as fontes para compor o relato eram provavelmente indiretas, e por isso a imprecisão cronológica. Gomes Eanes de Zurara a partir daquele capítulo se preocupa em apresentar a cronologia, como acontece até o fim do livro.

Além desta indicação formal dos anos, o que surge disto é o mecanismo de em cada período destacar alguns acontecimentos, e comparando com a maneira anterior, os critérios seriam outros, quais sejam, a eleição do cerco de 1418 e a descrição de acontecimentos até tal alvo, sem uma preocupação minuciosa em situar a época. No segundo tipo, assemelha-se mais ao modelo de sequência preocupada com os anos, como os anais da Antiguidade (ANDRÉ; HUS 1974; DOSSE 2003, p. 101-104). Talvez tal preocupação tenha origem na forma de aproximar os feitos de Duarte de Meneses ao monarca Dom Afonso V, e para este seus gestos militares sob comando do pai teriam uma boa repercussão na representação cronística, ainda mais no sentido de voltar-se ao passado, o que justificava e ligava suas qualidades e origem sociofamiliar.

O mesmo capítulo, ainda, apresenta a primeira atividade militar de Duarte de Meneses, filho ilegítimo do governador de Ceuta. Apesar da sua pouca idade, o filho do capitão demonstrou grande espírito combativo, como foi relatado ao seu pai:

E, por certo, que não com pequeno prazer ouviu o conde as novas da bondade de seu filho, pois lhe disseram como se houvera naquele feito com tanto peso e ardileza, não desfalecendo na fortaleza onde devia, como se fora de muito mais idade. E querendo este nobre jovem adiante, foi procurar feitos ao reino, assim no tempo do conde, seu pai, como reinando D. Afonso, que esta história mandou escrever, depois que tomou aos mouros a vila de Alcácer, de que este D. Duarte [de Meneses] foi capitão (ZURARA 1997, p. 637).

Se a questão da datação pode ser um indício sobre o enfoque, este trecho apresenta de outra forma o interesse que Zurara teve por Duarte de Meneses, o qual participou na conquista de Alcácer Ceguer em 1458, na companhia de Dom Afonso V. Tem-se a ideia que o monarca português procurou se situar frente ao passado de portugueses na região, e por isso a solicitação das crônicas: primeiro pelo escrito da conquista de Ceuta, e depois pelos relatos dos combates entre cristãos e muçulmanos na crônica de Pedro de Meneses.

Uma boa impressão daquele nobre pode ter despertado a vontade de que seus feitos fossem memorizados, e a partir de tal contado a recuperação em suporte historiográfico ocorreu. Note-se, portanto, que o cronista ressalta o bom trânsito com Duarte de Meneses, talvez vendo as qualidades nobiliárquicas e coragem frente aos muçulmanos. Fazendo uma análise que não toma a crônica escrita sobre ele posteriormente parece indicar a inserção de Duarte de Meneses no concerto político da localidade, ainda com pouca idade e vinculado às qualidades do pai. Isso não invalida a solicitação de Dona Leonor de Meneses, irmã de Duarte, como aparece no início do primeiro livro, pelo interesse de escrita dos feitos de seu pai. Nem tão pouco o interesse de Dom Afonso V. Não parece haver uma concorrência entre eles, pelo contrário, ambos são bem retratados e acumulam qualidades, por meios diferentes.

O elemento da ilegitimidade familiar parece ter sido uma barreira à concessão de privilégios e direitos naquela época, fato pelo qual podemos visualizar as realizações de Duarte de Meneses sob o ponto de vista do serviço e de qualidades pessoais. O próprio pai Pedro de Meneses, após ouvir sobre os primeiros gestos militares do filho, assim é descrito falando ao único filho homem:

- Filho, disse ele, Deus não quis que tu fostes legítimo e não te embargou, porém, tua virtude, em que pareces a mim, que sou teu pai, e porque eu pudesse ser certo como verdadeiramente és meu filho. Tirou-te da minha herança, que eu mais quisera que fosse a um homem que a uma mulher, porém, depois que a Ele me faz tanta mercê que eu te veja assim em meus dias, conhecendo a ti que és para ganhar honra e nome, ele seja bento e louvado, e Lhe faça acrescentar em ti de melhor, e assim como guiou os Santos Reis cujo dia de nenhum serão, encaminhe a ti como faças seu serviço e pareça aqueles de onde venho. E então levantou a mão com a espada e o fez cavaleiro (ZURARA 1997, p. 638).

235

O capitão de Ceuta procura destacar as qualidades do filho através de elementos que em parte viriam de si e que foram condicionados pelo ambiente de conflito. Diante deste contexto, Duarte de Meneses procurou praticar suas virtudes e percepção de seu papel como nobre, o que lhe trouxe como resultado a armação de cavaleiro precoce por seu pai, suportado por elogios dos demais fidalgos. A maneira como o pai fala a seu filho é ao mesmo tempo retórica e confortadora, pois lamenta o fato da ilegitimidade, mas aponta que apesar disso seus atributos virtuosos eram superiores a tal distinção social.

Pensando em tal período histórico, a condição de ilegítimo fazia com que alguns tivessem que se destacarem mais do que o fato de seu estatuto de nascimento, superando através do serviço ou dignidade a barreira imposta socialmente; na interpretação de Pedro de Meneses, o destino divino optou por tal configuração, que foi vista como recompensa por seus atos em defesa da fé cristã.

Nos capítulos seguintes, a participação de Duarte de Meneses é de grande destaque, a ponto de ele ficar como capitão de Ceuta enquanto seu pai viajara a Portugal. Segundo a explicação, isso era uma forma de provar sua força, junto com uma dezena de fidalgos que estiveram há muito tempo ao lado de

Pedro de Meneses, além de sua filha Dona Leonor como governadora da fazenda, sem que isso causasse constrangimento ou peso na consciência. Isso demonstra a importância que os filhos poderiam ter na continuação da presença familiar na condução do comando na cidade, inserindo-os nas estruturas políticas e administrativas. Quando ouvia que “e assim das cavalarias do filho como da boa descrição da filha, o conde era muito alegre quando as gentes falavam, as quais coisas não podia ouvir sem lágrimas” (ZURARA 1997, p. 658), passa-se a impressão de consentimento dos demais, que em crônica assume sua inserção provavelmente porque seus atos foram reconhecidos como condizentes com a função, isto é, no caso de Duarte de Meneses, a condução a bom termo da guerra era uma confirmação da atitude de seu pai em delegar tal cargo de alta responsabilidade.

Sabendo que o capitão sairia da localidade para visitar o rei em Portugal, os muçulmanos pensam que seria o momento para uma nova investida. A postura de Duarte de Meneses diante da aproximação inimiga em Ceuta foi de pedir conselho:

Parentes, senhores e amigos, eu estou ante vós para fazer aquilo que vós sentires que é bem que eu faça. E vós me deveis aconselhar, e ainda como o senhor conde, meu senhor e pai, que vos confiastes. E sabeis que entre tantos parentes e amigos, ele me escolheu para deixar em vossa companhia, pois, posto que ele aqui não fosse presente em breve, poderá fazer aqui, quando de vós confiastes, e ainda o rei, nosso senhor, mandar quem precisar for (ZURARA 1997, p. 662).

236

Apesar de ter sido colocado como capitão de Ceuta, não age como se tal cargo permitisse comandar isoladamente, ou melhor, mesmo tendo qualidades combatidas, estas eram distintas para a manutenção da cidade. Caso tomasse uma decisão equivocada, a responsabilidade seria tanto dele como de seu pai, o que do ponto de vista da imagem familiar dos Meneses em Portugal não teria uma boa recepção. Neste sentido, a noção de prudência precisa ser lembrada, contida em vários escritos da época, aqui entendida pelo pedido de conselhos. Os fidalgos sugerem uma disposição do efetivo português perto do porto, o que ele acata, obtendo bons resultados.

Com o insucesso muçulmano, a conclusão do capítulo surge como providencialista, como muitas explicações eram dadas naquela sociedade, de ambos os blocos culturais e religiosos, ou talvez pelo olhar dos cristãos sobre o que teriam pensado os maometanos. Note-se que a fala de um maometano imputa maior legitimidade aos atos cristãos, que são reconhecidos pelo inimigo em quantidade e qualidade. Assim teria pronunciado suas últimas palavras Allarzoco:

- Pois se assim fosse que os cristão fossem tanto como nós, ou sequer a metade, eu não colocaria o vencimento senão na nossa fraqueza, mas somos cinquenta para um, e, não havendo os corpos maiores que nós nem mais dados nas mãos que nós, nos venceram assim como é razão que nos é esperado, ajam em causa de conhecer que as virtudes do céu estão contra nós (ZURARA 1997, p. 665).

Por fim, o perfil de Duarte de Meneses se apresenta como desejoso por honra, como vários fidalgos que ali estavam. Apesar de ser filho ilegítimo de Pedro de Meneses, de ter a confiança de seu pai para inseri-lo na estrutura administrativa da cidade, seu espírito combativo sobressaiu. Observe-se a descrição após aquele primeiro desfecho:

Assim como os dias cresciam naquele nobre fidalgo, assim lhe ia crescendo a vontade de fazer grandes coisas, quanto mais vendo tais começos como o Senhor Deus estava. E se sua vontade desejava realizar grandes coisas, nem aqueles fidalgos eram como ele, não as desejavam menos, especialmente aqueles dois irmãos: Afonso da Cunha e Aires da Cunha, que eram dois fidalgos muito desejosos de cobrar honroso nome. E depois deste vencimento mandou Dom Duarte saber pelas comarcas do arredor onde poderia fazer alguma coisa em que ele cobrasse nome de quem ele era, e ainda do que desejava ser, pois, vendo-se filho de um tão excelente cavaleiro e que tantas e tão grandes vitórias tinha recebido dos inimigos, vencendo sem nunca ser vencido, razão era que desejasse de o parecer, vendo-se um só filho varão, pois, segundo se ao diante pareceu, não somente tinha ele honra pelo pai, mas por si mesmo (ZURARA 1997, p. 665-666).

237

O peso do cargo de seu pai poderia trazer algum desconforto social, e a expressão de honra “por si mesmo” é indicativo disso. O caso dele pode ser exemplar sobre o comportamento de pessoas que viam na região de conflito e periferia a oportunidade de ascensão através do serviço, mostrando-se disposto a correr riscos em troca de reconhecimento e benefícios materiais. Para Duarte de Meneses, ainda que seu pai fosse capitão de Ceuta, sua condição de ilegítimo acabava por incitar a vontade de combate contra o que considerava o inimigo. Tal expressão provavelmente seria bem recebida pelo pai e demais, que teriam a confirmação sobre os atributos do filho, passados pelo sangue, mesmo que parcialmente. Obviamente sabe-se da construção ideológica de tal raciocínio, mas o que se está analisando é a maneira como o pensamento era justificado. Ao olhar do historiador, entretanto, observa-se a conjunção de motivações entre a formação moral, os princípios religiosos, as pessoas que o cercavam, responsabilidades dele enquanto membro de uma família de ascensão em fronteira, expectativas de seu pai, enfim, fragmentos que dão sentido ao seu comportamento. Isto se confirma praticamente com uma descrição sobre a provável vontade de Duarte de Meneses:

Como aqueles que hão de ânimos grandes e altos, o pensamento de nunca pensar em outras questões senão para receberem grande merecimento, especialmente os que se acham nele como obrigados por dívidas dos pais, ou avós, ou porventura de todos, assim como faziam a este nobre jovem [Duarte de Meneses], quanto mais enchendo-lhe a fortuna as velas da bem-aventurança (ZURARA 1997, p. 668).

Em outras palavras, por mais que agisse como os demais, a motivação partia também daqueles que o veriam, e disso inclusive seria uma qualidade, porque acrescentaria mais a sua pessoa através de tal estímulo.

Talvez o cronista tivesse a preocupação principal de exaltar Duarte de Meneses, a partir do contato de Dom Afonso V com este, e valeu-se de relatos sobre a presença portuguesa após 1415, ou seja, o que se tornou a *Crónica do conde Dom Pedro de Meneses*, para estabelecer a ligação no tempo e nos fatos. Posteriormente, escreveu ainda a *Crónica do conde Dom Duarte de Meneses*, o que completa seu objetivo. Entretanto, talvez o contexto que fez Dom Afonso V e Duarte de Meneses próximos tenha influenciado na ruptura e ênfase do segundo livro de seu pai.

Voltando a atenção para o contexto do reinado afonsino, estudos já perceberam com clareza o fortalecimento da nobreza, seja através da concessão de privilégios seja pelo simbolismo hierárquico. Manuela Mendonça em texto recente (2010), por exemplo, observou a extensão das casas senhoriais a partir da relação com a monarquia, dotando os infantes de patrimônios. Renata Cristina do Nascimento, por outro ângulo, analisou as queixas em Cortes, chegando a seguinte conclusão:

as tensões que se polarizaram entre o poder senhorial e real explicam as alianças preferenciais e a constante concessão de privilégios à nobreza. Os nobres queriam reforçar a hierarquia social favorável a estes e encontraram em Afonso V meios para que isso se processasse. Os abusos cometidos pela nobreza expressam a forma encontrada por esta camada para sobreviver às mudanças que ameaçava, seu status quo. As disputas devidas à ascensão de indivíduos oriundos de outros grupos sociais, a ingerência crescente do mundo urbano com novos referenciais e a concorrência com o poder da coroa fizeram que este grupo tentasse manter a todo custo seus privilégios. D. Afonso V, como vimos, representou a possibilidade de perpetuação de uma ordem social em um mundo que estava prestes a ruir (NASCIMENTO 2005, p. 215).

238

A política externa afonsina foi marcada com grande acento para a África, o que levou ao epíteto de *Africano*. Antes de caracterizar tal postura como anacrônica, como se Portugal já tivesse entrado no período moderno (MORENO 1998; SOUSA 2005; BASCHET 2006), precisa-se sugerir uma explicação contextual, relacionada principalmente com os pedidos de crônicas sobre a região e o público a qual se destina. Uma pista pode ser encontrada no contexto tardio de Cruzadas na Europa, que após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 propicia a convocação de uma pelo papa Calisto III. Tal preocupação com os avanços orientais iniciou-se algumas décadas antes, mas segundo Armindo de Sousa,

É ver D. Afonso V disputar a dianteira nos preparos e fervor. Tomou a causa como sua e dá mostras de temer que outros príncipes cristãos o ultrapassem no empenho. [...] Preparou-se. Cortes para obter dinheiro; anistias para obter guerreiros; cunhagem nova para obter moeda forte. Enviou embaixadas e cartas aos países; reforçou Ceuta para dissuadir oportunismos da moirama; obteve fáceis bulas para indulgências e dízimos. E, prontíssimo, aguardou sinal de marcha. Que não veio. Os outros reis não quiseram. Que fazer dos preparos e das bulas? África. Marrocos. A cruzada aqui ao pé, guerra nossa de cada dia, igual substância (SOUSA 1993, p. 505-506).

Com o fracasso da cruzada ao Oriente, assim, o esforço concentrado na África parece ter sido uma alternativa viável. Note-se, obviamente, que a presença portuguesa ocorria desde algumas décadas, incentivada por outros monarcas, mas o desejo pelas informações inseridas na História coincide com reinado afonsino, e o contato que teve com algumas pessoas relatadas nas crônicas, em especial Duarte de Meneses. Não se tratava apenas da escrita de crônicas, mas da continuidade da presença na região, inclusive com a tomada de Alcácer Ceguer em 1458 com colaboração de Dom Duarte de Meneses.

A divulgação dos feitos passados através da crônica surge como instrumento propagandístico de exemplo e incentivo, ou pelo menos justificativa. Para Humberto Baquero Moreno,

apesar das graves dificuldades económicas que se vivem em Portugal, devido sobretudo aos excessos da coroa, D. Afonso V aparece-nos vocacionado para uma política africana, tudo parecendo indicar que o seu principal mentor foi D. Henrique como representante dos interesses da nobreza cujo património ia crescendo, com bruscos aumentos nas vésperas das operações militares (MORENO 1996, p. 202).

Conclusões

Com este estudo, buscou-se integrar a análise de um documento historiográfico que narra feitos no norte da África com a preocupação do cronista em enaltecer qualidades de um nobre, rompendo em determinado momento estruturalmente o conjunto do texto. As solicitações de crônicas cresceram com a instalação da dinastia de Avis, e foram feitas a partir do rei Dom Duarte, filho mais velho de Dom João, para Fernão Lopes, e Dom Afonso V para Gomes Eanes de Zurara. Em ambos os casos, observa-se a preocupação de recuperar em texto reconhecido socialmente acontecimentos de destaque de familiares ou contribuintes nos ideais que consideravam dignos de memória. Neste sentido, poder-se-ia pensar que o mote de tais textos seria a divulgação de elogios aos mais próximos, mas estabelecido à lógica cronológica; por isso a composição de textos anteriores que mostravam uma trajetória também de feitos dignos, mas não tão virtuosos como aos escolhidos para o melhor qualificativo de, respectivamente, Dom João para Fernão Lopes e Dom Duarte de Meneses para Gomes Eanes de Zurara. Neste último, as qualidades de serviço e vontade militar completavam obstáculos sociais da hierarquia vigente. Completando a análise com o contexto tardio de motes cruzadísticos, ainda que em nível ideológico, observa-se a escrita cronística como justificativa de ações que eram buscadas num passado próximo, o que poderia autorizar aqueles projetos de combate militar.

O papel e participação de cada um destes personagens para os solicitadores, assim, sugerem uma conjunção de objetivos e procedimentos de composição textual, permitindo compreender indiretamente projetos políticos e evocações ao passado do reino e dos seus membros, selecionados segundo critérios bem definidos aos interesses de cada momento de escrita: a consolidação da dinastia e a exaltação nobiliárquica, respectivamente.

No caso de Zurara, na *Crónica do conde Dom Pedro de Meneses*, observou-se uma ruptura temática e de estilo de escrita, o que pode sugerir a importância do filho do primeiro capitão de Ceuta para o contexto de solicitação da crônica. Tendo Dom Afonso V participado em ações militares em solo norte-africano, em companhia de Duarte de Meneses, entendeu-se que este seria recompensado em texto pelas ações consideradas virtuosas. A menção já na crônica do pai creditara sua importância, que parece ter aumentado por conta da crônica “particular” escrita na sequência. Pode-se pensar que aquelas atividades contra os muçulmanos eram mais dignas de memória naquele momento do que, por exemplo, a escrita de uma crônica sobre o rei Dom Duarte, o que ocorreu apenas com Rui de Pina.

O interesse de Dom Afonso V pela guerra e pelos seus apoiadores indica o direcionamento ao seu cronista, que se voltou aos responsáveis pela presença e crescimento português em África. A vinculação no documento de Pedro de Meneses, e principalmente o teor que ficou configurado a segunda parte do segundo livro indicam o alto grau de consideração, rompendo em parte com a maneira de conceber o ordenamento cronológico. Sobre isto, pode-se definir o seguinte diagnóstico: provavelmente no momento de escrita, Zurara não tinha certeza sobre uma crônica específica para Duarte de Meneses, isto é, o rei poderia não solicitar tal livro, o que apenas depois veio a acontecer. Ou ainda, que seu papel era muito destacado, mas que devido a sua condição de ilegítimo, devia estar referendado pela atuação de sua pai, capitão também de reconhecimento notório. Desta forma, concebe-se o final do texto como uma redação mais preocupada com a descendência do capitão, que vincula seu filho de maneira laudatória. A passagem para um texto específico à Duarte de Meneses teria lógica, pela continuação de uma história na fronteira religiosa.

Apesar de haver uma ruptura evidente na maneira de escrita, tal característica permite sugerir sobre a caracterização da ideia de “genealogia política”, pois a trajetória de crônicas e acontecimentos adquire significados em si e relativos ao mais próximo do solicitador, isto é, ao contato entre Dom Afonso V e Dom Duarte de Meneses. Tal percurso, que não deve ser pensado como estritamente secundário às primeiras crônicas, ganha reforço de contraste pelas qualidades exaltadas a última pessoa, que se destaca pela aquisição de qualidades e menção honrosa. Tanto em Fernão Lopes como em Gomes Eanes de Zurara, Dom João e Duarte de Meneses possuíam empecilhos em suas condições, mas foram qualificados pela atuação e interesse nas causas valiosas da sociedade política portuguesa.

Assim, entende-se por genealogia política tal proposta de apropriar-se de relatos pretéritos referentes ao grupo social interessado, formando uma identidade entre passado e presente. Os atributos são dispostos entre um providencialismo como no caso de Dom João I, por exemplo, onde ele foi apresentado como um eleito, um messias na terminologia lopeana, se destacando dos anteriores, ou de outra forma, como uma continuidade entre as propriedades nobiliárquicas, que seriam transmitidas entre seus membros.

Nos dois casos, percebe-se que a maneira de lidar com o passado e sua imagem correspondem à expectativa de identidade pela aproximação de valores positivos que legitimam o *status quo*.

O ponto fundamental de tal estratégia é que ela não apenas toma os acontecimentos como dados, mas estabelece uma origem que permite conectar-se ao passado para algumas finalidades, entre elas a de justificativa de atributos sociais do grupo aristocrático, como este estudo tentou demonstrar. A representação em texto de tais valores equivaleria a um dispositivo de dedução e comprovação de qualidades, mantendo uma memória que teria como função difundir percepções ideológicas da sociedade, em especial a hierarquia e os privilégios funcionais. A condição de identidade surge pela vontade de vinculação e sentimento de pertencimento em uma coletividade ou qualidade, demarcando uma diferença que destaca sua própria existência enquanto grupo; e talvez silenciando quem pudesse questionar a condição justificada pela escrita do passado.

No caso de Duarte de Meneses, tal genealogia era em parte familiar e também sociopolítica, e a forma como o pai entendia a situação era que “alegrando-se muito com as coisas que via naquele seu filho, porquanto se via já posto na derradeira idade e confortava-se esperando que quando falecesse ficaria outro nos autos da cavalaria” (ZURARA 1997, p. 684), ou seja, de possuir virtudes que permitissem a manutenção de uma identidade familiar inserida na qualidade dos feitos do reino. O pedido de escrita, solicitado pela filha de Pedro de Meneses, e corroborada por Dom Afonso V, procuram perpetuar na memória escrita tal objetivo. Para eles, a História era restrita aos aristocráticos, e sua função manter tal concepção; aos descendentes, observar exemplos do passado que justificassem seus privilégios, bem como acrescentá-los a fim de assegurar tal linha de pensamento. Desta forma, legitimava-se as ações contra os muçulmanos, mesmo sob questionamentos de perigos e ônus ao reino.

241

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola (Org.). **Dicionário de filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANDRÉ, Jean-Marie; HUS, Alain. **L’histoire à Rome**: historiens et biographes dans la littérature latine. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.
- BASCHET, Jérôme. Os modelos de transição. **Signum**: revista da ABREM, n. 8, p. 9-32, 2006.
- BERTOLI, André Luiz. **O cronista e o cruzado**: a revivescência do ideal da cavalaria no Outono da Idade Média portuguesa (Séc. XV). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- CARVALHO, Joaquim de. **Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1949. 2 v.

- CÍCERO. **Sobre el orador**. Introdução, tradução e notas de José Javier Isso. Madri: Gredos, 2002.
- COELHO, Jacinto do Prado (Dir.). **Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1960.
- DIAS, Isabel de Barros. **Metamorfoses de Babel**: a historiografia ibérica (Sécs. XIII-XIV). Construções e estratégias textuais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- DOSSE, François. **A História**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997, p. 61-90.
- FERREIRA, Maria Ema Tarracha. **Literatura dos descobrimentos e da expansão portuguesa**. Seleção de textos. Lisboa: Ulisseia, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura de Almeida Sampaio. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo / Brasília: Annablume / CAPES, 2006.
- GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la chronica**: las crónicas hispanas de época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica e prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, Marcella Lopes. A sétima idade de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis? In: DORÉ, Andrea; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (Org.). **Facetas do império na história**: conceitos e métodos. Brasília: Editora Hucitec, 2008.
- LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. (Orgs.) **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5ª ed. Campinas: UNICAMP, 2003a.
- _____. **Os intelectuais na Idade Média**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003b.
- _____; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.) **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2006. 2 vols.
- LEWIS, David Levering. **O Islã e a formação da Europa de 570 a 1215**. Trad. Ana Ban. Barueri: Amarillys, 2010.

- MARTÍN, Bonifacio Palacios. El mundo de la ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los "espejos de príncipes" (1250-1350). In: PÉREZ, Juan Carrasco Peirez et al. **Europa en los umbrales de la crisis: 1250-1350**. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1995.
- MENDONÇA, Manuela. Os neo-senhorialismos tardo medievais em Portugal. In: NOGUEIRA, Carlos (Org.). **O Portugal medieval: monarquia e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2010.
- MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Trad. Francisco Bertelloni. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.
- MONGELLI, Lênia Márcia (Coord.). **A literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MORENO, Humberto Baquero. Idade Moderna entre luzes e sombras. In: NOVAES, Adalto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV. **História**: revista da Faculdade de Letras, Porto, vol. 13, 1996.
- NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição**: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Do pretérito perfeito ao presente mais-que-perfeito: escrita e poder nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara (c. 1449-1464). **Ciclo Internacional de Estudos Antigos e Medievais**, 3, Assis. Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, 2008.
- _____. Que façamos hua cousa que se comece e acabe por nos mesmos. Hierarquia, poder e exemplo na Crónica de Zurara (Séc. XV). **Atas da VIII Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ**. Rio de Janeiro: Programa de Estudos Medievais, 2009.
- _____. **Tantas cousas notaveis pera escrever**: relações de poder e perfis e ideais na crónica do conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara (1385-1460). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- REIS, Carlos (Dir.) **História crítica da literatura portuguesa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. vol. 1.
- REIS, José Carlos. **Escola dos annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 16ª ed. Lisboa: Porto Editora, 1995.

- SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir.). **Nova história da expansão portuguesa**: a expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- SETERS, John van. **Em busca da história**: historiografia no mundo antigo e as origens da História bíblica. Trad. Simone Maria de Lopes Mello. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal**: a monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- SOUSA, José Antônio de; BARBOSA, João Morais. **O reino de Deus e o reino dos homens**: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SOUSA, Laura de Mello e. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. **Signum**: revista da ABREM, n. 7, p. 221-248, 2005.
- SPINA, Segismundo. **Presença da literatura portuguesa**: era medieval. 11^a ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.
- TRASK, R. (Org.). **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. 2^a ed. Trad. Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.
- ZURARA, Gomes Eanes. **Crónica do conde Dom Pedro de Meneses**. Edição e estudo de Maria Teresa Brocado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.